

ENSINO REMOTO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: UM ESTUDO DE CASO

Luiz Fernando Zuin ¹

Gabriela Boniholi ²

Fátima Elisabeth Denari ³

Resumo: Em março de 2020, pelos normativos nacionais e locais, as escolas brasileiras tiveram as suas atividades suspensas em decorrência da pandemia da COVID-19. Uma das providências adotadas pelos sistemas de ensino, para evitar aglomerações e conter a disseminação do Coronavírus, foi promover a educação remota emergencial, impactando a organização e o funcionamento das escolas, inclusive a atuação das modalidades de ensino, como a Educação Especial. A presente pesquisa aborda esse tema. Trata-se de uma experiência planejada e efetuada na APAE de Matão, interior de São Paulo. O seu principal objetivo foi analisar os efeitos de um plano de trabalho aplicado aos alunos com deficiência intelectual, investigando a forma como os familiares lidaram com esse novo modelo de ensino. As diferentes equipes da instituição elaboraram um plano de trabalho entregue, quinzenalmente, aos responsáveis, para ser desenvolvido com os estudantes. Ao mesmo tempo, foram esclarecidas as dúvidas apresentadas para a execução das atividades e foi solicitada a devolutiva dos trabalhos. Os resultados mostraram a oscilação na retirada dos trabalhos na escola por parte dos familiares, ao longo do ano de 2020 e no início de 2021, ora com um ligeiro aumento, ora com um ligeiro declínio. Essa oscilação, por sua vez, pressupõe certo desgaste devido ao agravamento da pandemia e, ainda, a dificuldade das famílias para lidar com a responsabilidade da mediação do ensino e aprendizagem dos filhos com deficiência intelectual.

Palavras-Chave: Educação Especial. Pessoa com Deficiência. Ensino Remoto. COVID-19.

Abstract: In March 2020, through National and State decrees, Brazilian schools had their activities suspended because of the COVID-19 Pandemic. One measure adopted by the educational systems to avoid crowds and contain the spread of Coronavirus was to promote emergency remote education, affecting the functioning of schools and teaching modalities, such as Special Education. The present research aims to address this topic. This is an experience planned and carried out at APAE Matão, in the countryside of São Paulo. Its primary goal was to analyze the effects of a work plan applied to students with intellectual disabilities, investigating how family members dealt with this new teaching model. The different teams at the institution drew up a work plan delivered every two weeks to those responsible, to be developed with the students.

¹ Doutorando em Educação Especial pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Especial no Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP.

² Graduanda do curso de Licenciatura em Educação Especial no Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP.

³ Doutora em Educação e Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial no Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP.

The teams clarified any doubts presented regarding the activities, and they requested the work to be returned. Results showed the oscillation in collecting school work by family members, throughout 2020 and early 2021, sometimes with a slight increase, sometimes with a slight decline. This oscillation presupposes a certain strain because of the worsening of the pandemic and, also, the difficulty of families to deal with the responsibility of mediating the teaching and learning of children with intellectual disabilities.

Keywords: Special Education. People with disabilities. Remote Teaching. COVID-19.

INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19 é um fenômeno que teve os seus primeiros sinais em dezembro de 2019, em Wuhan, na China. Desde então, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou o surto como Emergência de Saúde Pública em âmbito Internacional. Todos os países foram atingidos, dentre eles o Brasil, onde os primeiros casos surgiram em março de 2020. A partir daquele momento, grandes mudanças ocorreram na vida pessoal e na sociedade. Entre essas, hábitos comportamentais e rotinas escolares e sociais se modificaram, à medida que o vírus foi avançando. O Ministério da Saúde, pela Portaria Conjunta nº 20, de 18 de junho de 2020 (BRASIL, 2020a), e na tentativa de evitar a propagação do vírus e o contágio, recomendou distanciamento social, higienização das mãos, uso de máscaras e limpeza e desinfecção de ambientes.

Em razão das medidas preventivas, as instituições de educação básica tiveram que se reorganizar segundo as orientações instruídas na Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durasse a situação de pandemia do novo Coronavírus (BRASIL, 2020b). No que tange à Educação Especial, o Parecer CNE/CP nº 5, de 28 de abril de 2020 (BRASIL, 2020c) orienta que os Estados e Municípios devem propor “medidas locais que garantam a oferta de serviços, recursos e estratégias para que o atendimento dos estudantes da educação especial ocorra com padrão de qualidade” (BRASIL, 2020c, p. 15).

No estado de São Paulo, as aulas presenciais nas redes públicas e privadas tiveram a suspensão completa no dia 23 de março de 2020. Como medida, a cidade de Matão, em São Paulo, determinou, pelo Decreto nº 5.203 de 17 de março de 2020, no seu art. 10º, a suspensão das aulas a partir de 23 de março de 2020, por prazo indeterminado.

Diante disso, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Matão teve uma pausa de 23 dias, organizando-se para o início da oferta do atendimento não-presencial. Esse tempo foi primordial para a Instituição organizar os serviços a serem ofertados, garantindo sua atuação para o desenvolvimento das pessoas com deficiência. Do mesmo modo, foi preciso definir os apoios necessários aos familiares, considerando que a escolarização dos alunos, a partir desse momento, dependeria, exclusivamente, da mediação familiar, pelo ensino remoto.

Outrossim, tratando-se de alunos com deficiência intelectual, cujo apoio demandado é

pervasivo⁴, a equipe pedagógica da APAE entendeu que muitos não se beneficiariam de plataformas digitais como recurso pedagógico para o desenvolvimento das atividades escolares não-presenciais. Decidiu-se, então, que as atividades seriam ofertadas de forma remota e assíncrona⁵, por permitir o envio de tarefas impressas e não ser necessário que os alunos e professores estivessem conectados, ao mesmo tempo, para que essas fossem realizadas e concluídas.

O fechamento da escola trouxe uma nova reconfiguração na maneira de ensinar. As famílias passaram a coadunar as responsabilidades exercidas dentro e fora do lar, com atenção acumulada frente às atividades dos estudantes, com tempo ampliado, pelo ensino remoto. Essa situação é afirmada por Alves (2020, p. 354), quando destaca dificuldades no contexto das famílias, em interação com a escola:

[...] estudantes, pais e professores dos distintos níveis de educação, gerando um sentimento de confusão, dúvidas e angústias frente a necessidade de se manterem em casa, afastados dos espaços escolares e, conseqüentemente, das dinâmicas de interação social que se constituem em um aspecto importante para o desenvolvimento do ser humano.

A situação descrita vem provocando uma série de debates entre as áreas técnica e profissional, motivados pela preocupação com possíveis perdas no desenvolvimento físico, cognitivo e social dos alunos que frequentam a instituição. Sabe-se que a condição da deficiência, especialmente aquela referente ao impedimento intelectual, muitas vezes, pode limitar o aprendizado, necessitando da implementação de recursos e atividades específicas. Nesse sentido, alguns fatores se tornam decisivos: o incentivo à coparticipação; a supervisão familiar na condução das tarefas, sejam impressas ou remotas (online); a devolução das atividades para a instituição, como forma de acompanhamento do progresso dos alunos e manutenção do aprendizado, entre outras atividades. É imprescindível a revisão, por parte dos agentes educacionais, de métodos de avaliação que não destituam dos alunos o direito de escolha, mas que respeitem a condição de cada um. Eles devem respeitar, principalmente, as múltiplas construções e estruturas físicas, sociais, materiais, políticas e atitudinais que caracterizam as famílias envolvidas nesses procedimentos (HARLOS, 2012).

Considerando o atual cenário, que se apresenta como algo desconhecido e em processo, torna-se relevante a realização de investigações que possam gerar novos conhecimentos. O presente trabalho tem essa finalidade e se justifica pela relevância em investigar o modo como os familiares dos alunos com deficiência intelectual estão lidando com a oferta de atividades remotas e assíncronas, bem como os efeitos causados pela situação pandêmica da Covid-19.

METODOLOGIA

A presente pesquisa, de natureza qualitativa e exploratória, caracteriza-se como estudo 4 O tipo de apoio permanente/pervasivo é caracterizado pela constância e alta intensidade. É oferecido nos ambientes em que a pessoa vive e é de natureza vital (ALMEIDA, 2012, p. 56).

5 Aulas assíncronas são aquelas nas quais não há interação entre o professor e o aluno em tempo real.

de caso que, segundo Yin (2014), consiste em uma investigação empírica, que tematiza um fenômeno real e concreto, em profundidade. O cenário da investigação é a APAE de Matão, instituição localizada em uma cidade do interior de São Paulo. A instituição aqui referenciada realiza, atualmente, o atendimento de 191 alunos com diagnóstico de Deficiência Intelectual. Dentre os serviços ofertados, estão a educação infantil para alunos de 4 anos a 5 anos e 11 meses, ensino fundamental (1º ao 5º ano) para alunos de 6 anos a 29 anos e 11 meses, educação especial no trabalho para alunos de 15 anos a 30 anos e 11 meses, bem como Centro Dia para alunos maiores de 30 anos.

O estudo visa a abordar uma experiência planejada e efetuada no local, com a prerrogativa de analisar os efeitos de um plano de trabalho aplicado aos alunos com deficiência intelectual, a distância, durante o período de pandemia.

Segundo Pereira et al. (2018), as pesquisas qualitativas são aquelas nas quais é importante a interpretação por parte do pesquisador, em que são consideradas as suas opiniões sobre o fenômeno em estudo. Ainda conforme os autores “[...] um estudo de caso é uma descrição e análise, a mais detalhada possível, de algum caso que apresente alguma particularidade que o torna especial” (PEREIRA et al., 2018, p. 70), que permite descrever e analisar, de modo mais aprofundado e o exaustivo possível, uma temática. Nessa perspectiva, para Yin (2001, p. 27), “[...] o poder diferenciador do estudo de caso é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências - documentos, artefatos, entrevistas e observações”.

Procedimentos

A coleta de dados foi iniciada mediante consulta ao prontuário social de cada usuário da instituição e, em seguida, discutidos de forma qualitativa. Após a análise dos prontuários dos usuários, foram adotadas discussões a partir das seguintes premissas: a caracterização dos usuários, a situação socioeconômica dos seus responsáveis e a adesão dos familiares quanto à retirada das atividades elaboradas no modelo remoto do ano de 2020 e nos três primeiros meses de 2021 e a sua consequente devolutiva.

Para a organização do ensino remoto, os profissionais (equipes técnicas de saúde, serviço social e professores) foram informados, consultados e deliberaram pelo planejamento de um programa de atendimento a distância, com anuência da supervisão regional de ensino, via Plataforma *Teams*⁶.

Os familiares foram informados e sensibilizados sobre o novo formato de ensino no período da pandemia. As equipes de Assistência Social, Gestão Pedagógica e de Professores se colocaram à disposição das famílias para dirimir dúvidas, prestar esclarecimentos e superar dificuldades. Cumpre esclarecer que todos os matriculados na instituição estão sendo atendidos sob o formato de ensino remoto, inclusive os maiores de 30 anos, que não estão mais em pro-
6 O Teams é um software da Microsoft, desenvolvido para a colaboração de corporativas e para fins educacionais. O professor pode criar as suas salas de aula colaborativas, de modo online, personalizar o aprendizado com tarefas e conectar-se com os alunos, seus familiares e demais profissionais.

cesso de escolarização.

O serviço para os maiores de 30 anos se chama Centro Dia e pertence à pasta da Assistência Social, com objetivo de fortalecimento de vínculos, garantia de direitos e experiências/vivências comunitárias. O Centro Dia consiste em uma unidade que oferta serviço de proteção social especializada de média complexidade, que atende aos jovens e adultos com deficiência na 53 faixa etária entre 18 e 59 anos, prioritariamente usuários do BPC e que dependam do cuidado de terceiros.

Para a implementação do modelo remoto na unidade da APAE Matão-SP, foi necessário constituir uma equipe de técnicos e professores dos diferentes níveis atendidos na Instituição ou na escola, para planejar as atividades semanalmente distribuídas às famílias. Essas, por sua vez, foram informadas sobre o novo tipo de ensino e os profissionais da Assistência Social, Gestão Pedagógica e de Professores, que ficaram à disposição, caso houvesse dúvidas e/ou dificuldades por parte dos familiares.

A equipe de professores, sob orientação da coordenação pedagógica, iniciou a organização das atividades escolares seguindo o plano de ensino individualizado (PEI). Esse plano havia sido desenvolvido pela equipe antes da suspensão das aulas. No PEI, consta o conteúdo a ser desenvolvido, bem como as estratégias de ensino para cada aluno e, desse modo, o ensino fica personalizado, dada a especificidade de aprendizagem do aluno.

A coordenação pedagógica solicitou aos professores, por reuniões de planejamento online, via plataforma digital *TEAMS*, que organizassem as atividades para um período de quinze dias. Desse modo, os professores prepararam uma quantidade prevista de atividades para que os alunos pudessem desenvolvê-las durante o período de quinze dias e as levaram até à escola em uma data pré-definida pela coordenação. Feito isso, já se iniciava o planejamento e a preparação das atividades da próxima quinzena e, assim, sucessivamente.

A partir daí, a equipe pedagógica entrou em contato com as famílias, via telefone e grupos de WhatsApp e comunicou as datas e horários que os pais deveriam ir até a escola para retirar as atividades. Na retirada, os pais recebiam um comunicado com a data para entrega da atividade que estavam levando. Na data de entrega das atividades realizadas pelos alunos, os pais levavam as atividades da quinzena seguinte, o que se repete de forma continuada até os dias de hoje.

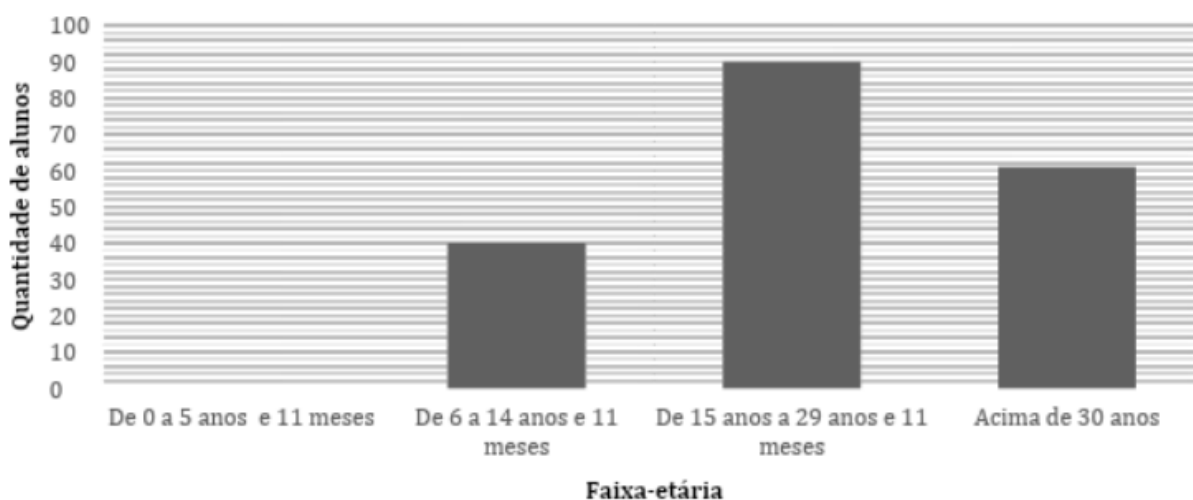
RESULTADOS

Mediante a coleta dos dados obtidos na consulta ao prontuário social de cada usuário da instituição, foram realizadas discussões e análises, de acordo com as seguintes categorias: a) caracterização dos usuários; b) situação socioeconômica dos responsáveis pelos estudantes e c) adesão dos familiares quanto à retirada das atividades elaboradas no modelo remoto. Os seguintes resultados foram obtidos e apresentados a seguir.

Caracterização dos usuários

Os dados discutidos a seguir dizem respeito à caracterização dos usuários, a fim de entender a realidade cultural e social do público-alvo deste trabalho. Dessa forma, foram considerados dados dos participantes atendidos (faixa etária, tipo de deficiência, gênero, raça e naturalidade), além de informações sobre o perfil dos responsáveis. O Gráfico 1 ilustra a distribuição dos atendidos pela Apae por faixa etária.

Gráfico 1 - Faixa Etária dos usuários da APAE de Matão-SP



Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

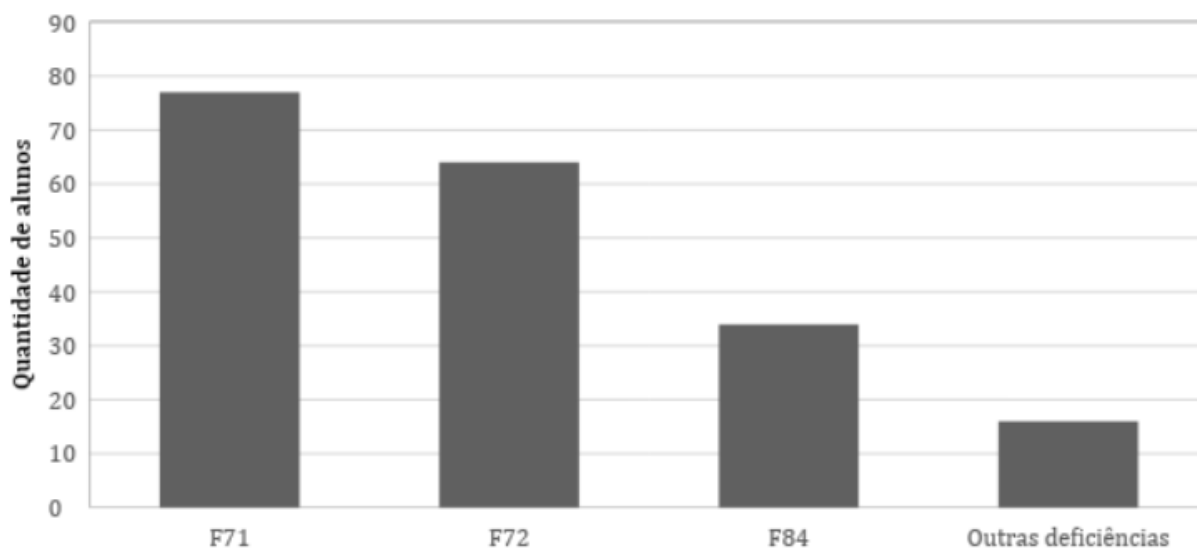
Observa-se no Gráfico 1 que a predominância dos usuários se encontra na faixa etária de 15 a 29 anos e 11 meses, o que corresponde à segunda etapa do ensino fundamental, conforme regulamentação da Secretaria de Educação do estado de São Paulo, pelo termo de parceria que mantém com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (mantenedora da escola da APAE). Essa parceria prevê o repasse de recursos para financiamento dos serviços de educação prestados pelas escolas das APAEs na educação básica, compreendendo os alunos de 6 a 29 anos e 11 meses com Deficiência Intelectual, Deficiência Múltipla e Transtorno do Espectro Autista, sendo todos os casos moderados ou graves.

Os termos da parceria firmada entre as APAEs e a Secretaria do Estado de Educação de São Paulo estabelecem as etapas da modalidade de Educação Especial nas escolas das Unidades Apaeanas, sendo elas: Escolarização Inicial (Ensino Fundamental - Fase I), com atendimento aos alunos na faixa etária de 6 a 14 anos e 11 meses, que necessitam de apoio pervasivo; Ensino Fundamental – Fase II, com atendimento aos alunos na faixa etária de 15 a 30 anos, que necessitam de apoio pervasivo e o Programa de Educação Especial para o Trabalho para usuários com idade entre 15 e 30 anos.

O Gráfico 2 ilustra parte dos dados sociodemográficos alusivos aos usuários dos aten-

dimentos oferecidos pela Apae, considerando a natureza de sua deficiência, de acordo com a classificação e os especificadores adotados pela Organização Mundial de Saúde - OMS (1993) na Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento CID-10¹⁷.

Gráfico 2 - Tipos de deficiência dos usuários



F71 - Deficiência intelectual moderada; F72 - Deficiência intelectual grave; F84 - Transtorno do Espectro Autista.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

A categorização da deficiência foi efetuada se baseando no diagnóstico clínico defendido pelo Código Internacional de Doenças: CID-10, utilizado pela instituição. Nesse gráfico, pode-se verificar que o diagnóstico F72 (Retardo Mental Grave) corresponde ao número maior de alunos matriculados na instituição. Em seguida, tem-se o diagnóstico F71 (Retardo Mental Moderado) e F84 (Transtorno Global do Desenvolvimento).

Nesse sentido, cabe destacar que para o atendimento nas unidades da APAE, o diagnóstico dos usuários deve estar associado, preferencialmente, à deficiência intelectual, uma vez que, de acordo com o estatuto que rege os serviços da APAE de Matão - SP, no seu art. 9º, a instituição deve:

- I – promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e transtornos globais do desenvolvimento, em seus ciclos de vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania;
- II – prestar serviço de habilitação e reabilitação ao público definido no inciso I deste artigo, e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social, realizando atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos, de forma isolada ou cumulativa às pessoas com deficiência, preferencialmente intelec-

7 No Gráfico 2, está sendo utilizada a terminologia da CID-11, conforme foi apresentada pela OMS aos Estados Partes em maio de 2021, com previsão para entrar em vigor em janeiro de 2022. Foi respeitada a equivalência da classificação e dos especificadores. A substituição terminológica, portanto, justifica-se pela emergente atualização dos termos, a vigorar no próximo ano.

tual e múltipla, e para suas famílias;
III – prestar serviços de educação especial às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;
IV – oferecer serviços na área da saúde, desde a prevenção, visando assegurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla (APAE MATÃO-SP, 2016, p. 28).

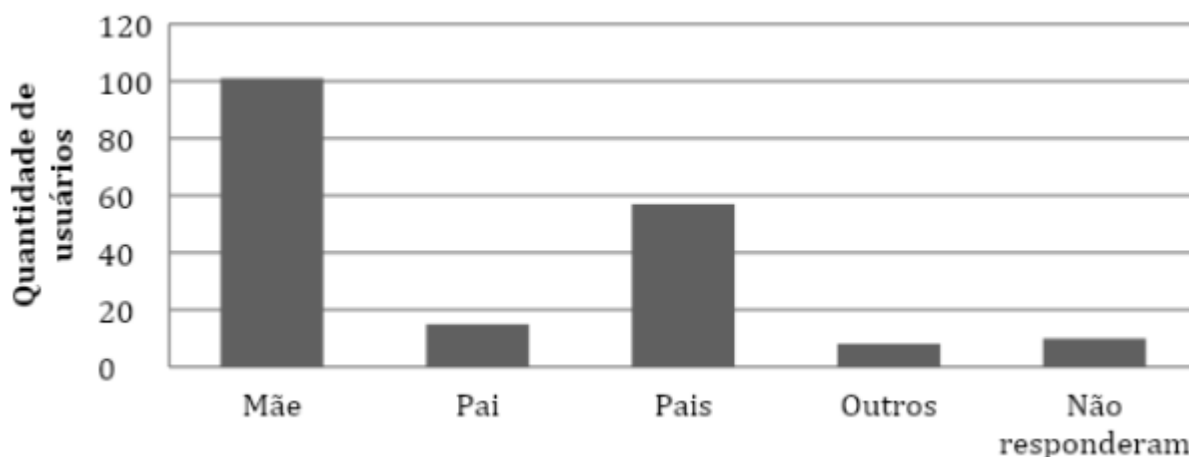
Apesar do modelo médico ainda ser utilizado para fins diagnósticos dos usuários da instituição, os autores deste trabalho consideram a identificação da deficiência intelectual a partir do modelo biopsicossocial de deficiência, que, por sua vez, busca considerar a estrutura social que cria barreiras pela falta de serviços e oportunidades ofertadas para inclusão das pessoas com deficiência, além das limitações obtidas pelos aspectos corpóreos (CIF, 2015).

Em relação ao gênero, identificou-se que a maioria dos usuários são do gênero masculino, representando 60% dos atendidos. Quanto à caracterização por raça, de acordo com a autodeclaração dada pelos familiares de cada usuário, 180 são considerados brancos, 52 pardos, 26 negros e 5 amarelos.

Quanto à naturalidade, foi possível constatar que grande parte dos atendidos é natural do próprio município onde a instituição está localizada, o que representa um total de 145 usuários nascidos em Matão-SP.

No Gráfico 3, a seguir, pode-se observar quem responde como responsável pelos usuários da instituição.

Gráfico 3 - Responsáveis pelos usuários



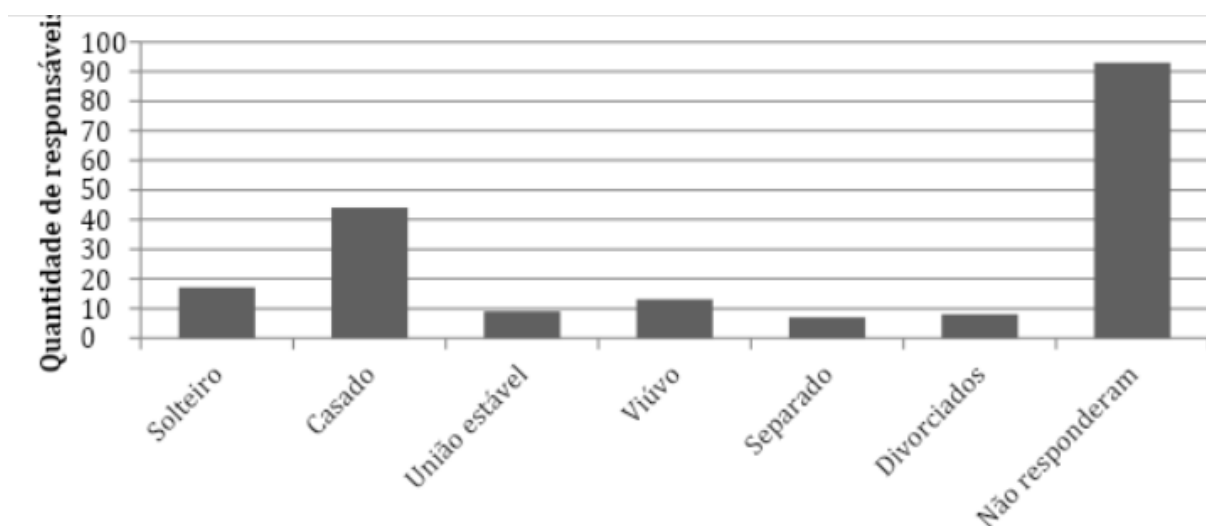
Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Os dados revelam que grande parte dos usuários tem como responsável pela vida escolar, a mãe, representando 101 alunos. Na segunda posição, a responsabilidade é compartilhada entre os pais com um total de 57 usuários. Desse modo, foi possível inferir que a genitora está presente como responsável na vida escolar de 158 usuários, dos 191 matriculados.

Perfil socioeconômico dos responsáveis pelos usuários

Os próximos dados e as suas respectivas análises dizem respeito ao perfil socioeconômico dos responsáveis pelos usuários da Instituição. Por se tratar de dados individuais de cada família, as respostas não eram obrigatórias. O Gráfico 4 representa o estado civil dos responsáveis.

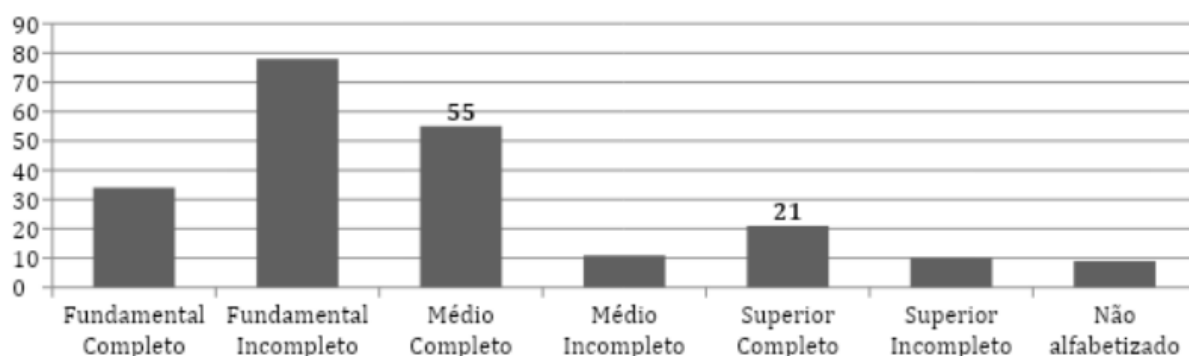
Gráfico 4 - Estado civil dos responsáveis pelos usuários



Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Dos responsáveis que responderam, a maioria, são casados, totalizando 44 usuários. Em seguida têm-se os responsáveis que se declararam solteiros, viúvos, com união estável, separados e divorciados. Percebe-se que apenas 50% dos responsáveis responderam a essa questão. O Gráfico 5 mostra o nível de escolaridade dos responsáveis.

Gráfico 5 - Nível de escolaridade dos responsáveis pelos usuários



Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Conforme declaração dos participantes da pesquisa, 40% dos responsáveis não completaram o ensino fundamental. Foi informado, ainda, que, apesar de ser um número pequeno (totalizando aproximadamente 5%) existem familiares que não são alfabetizados. A importân-

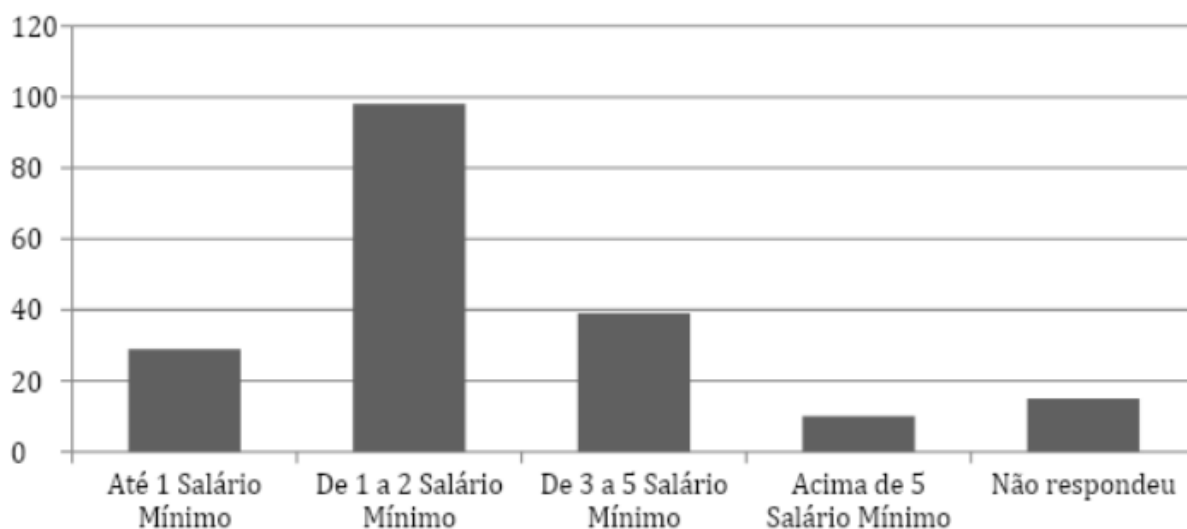
cia de se destacar esse dado se dá pela atenção que as Instituições de ensino devem ter com o nível de apoio dados aos familiares, já que esses precisaram se tornar mediadores nas atividades escolares, quando as aulas presenciais foram suspensas.

Quanto à localização das casas dos responsáveis, nenhum relatou morar na zona rural e quanto ao tipo de moradia, a maioria relatou que possui casa própria ou alugada, totalizando aproximadamente 40% e 26%, respectivamente. O restante relatou ter a casa cedida por terceiros ou financiada.

No que diz respeito ao transporte, aproximadamente 66% dos responsáveis relataram ter transporte próprio, dentre os veículos classificados, como carro ou moto. Os 34% restantes refletem que os responsáveis podem enfrentar dificuldades para buscar as atividades na Instituição por não terem transportes próprios.

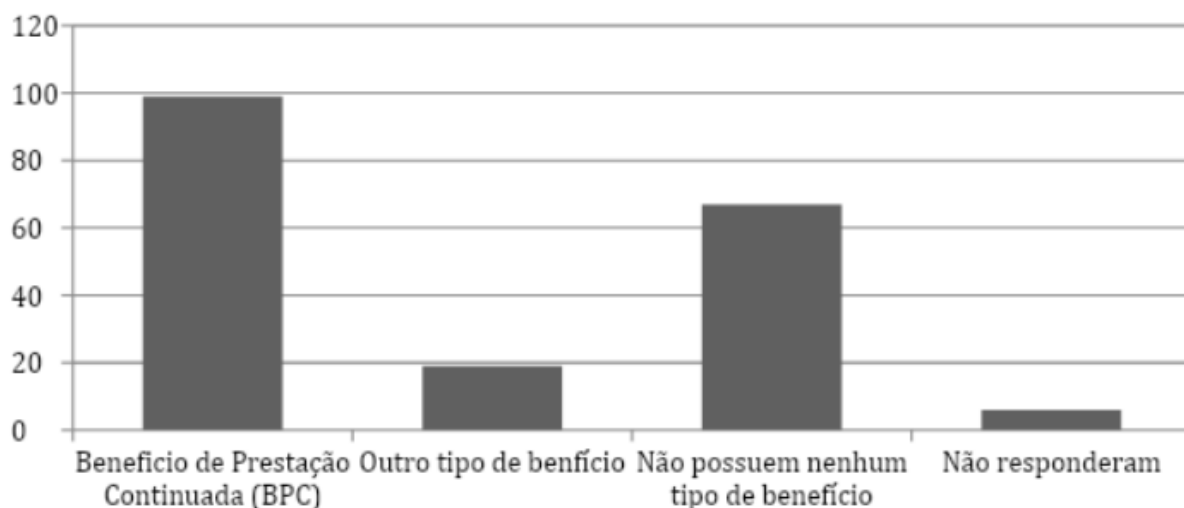
Em relação à composição familiar - números de membros por família, 40% das famílias são compostas por até 5 membros, 36% por até 3 membros e 8% acima de 5 membros. O restante dos responsáveis não respondeu à questão. O Gráfico 6 apresenta a situação salariais das famílias, ilustrando os seguintes dados:

Gráfico 6 - Renda familiar



Aproximadamente 51% dos familiares possuem renda entre um e dois salários-mínimos, 20% possuem uma renda entre três e cinco salários mínimos, 15% possuem uma renda de até um salário mínimo e 5% acima de cinco salários mínimos. O restante dos familiares não respondeu. Sobre os benefícios de caráter socioassistencial, o Gráfico 7 realça a prevalência do BPC.

Gráfico 7 - Benefícios socioassistenciais



Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

As pessoas com deficiência que possuem uma renda familiar per capita inferior a um salário-mínimo, têm direito a receber do governo o BPC, um direito garantido pela Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS de nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Aproximadamente 62% recebem o Benefício de Prestação Continuada – BPC ou outros tipos de benefícios.

Segundo a Lei, quando uma pessoa com deficiência começa a trabalhar por conta própria, ela deve suspender o recebimento do benefício. Por se tratar de uma Instituição que possui o programa de Educação Especial no Mercado de Trabalho, 35% dos usuários não recebem nenhum tipo de benefício. O restante dos usuários não recebe nenhum tipo de benefício ou não respondeu, como demonstram os dados no gráfico.

Atividades realizadas no modelo remoto

A situação atual da pandemia da Covid-19 colocou em evidência a desigualdade social e educacional, principalmente para a população menos favorecida. Isso tem maior visibilidade quando nos referimos à garantia de direitos de mulheres, trabalhadores informais, trabalhadores de rua, moradores de rua, pessoas sem condições legais de trabalho e moradia, idosos e pessoas com deficiência (SANTOS, 2020).

Tratando especificamente de alunos com deficiência intelectual, o suporte advindo de professores e da instituição de ensino são aspectos fundamentais para minimizar suas dificuldades de aprendizagem. Assim, como apontado por Vieira (2017), o desenvolvimento desses alunos depende das suas experiências vivenciadas a partir da relação que eles constroem em uma sociedade. Essa visão é reiterada a partir da definição da deficiência intelectual pela AAIDD (2010) em considerar aspectos tanto do funcionamento intelectual quanto do comportamento adaptativo, tendo influência nas habilidades conceituais, sociais e práticas, que são aprendidas e desempenhadas pelas pessoas na sua vida cotidiana. A AAIDD (2010) reitera que o ambiente

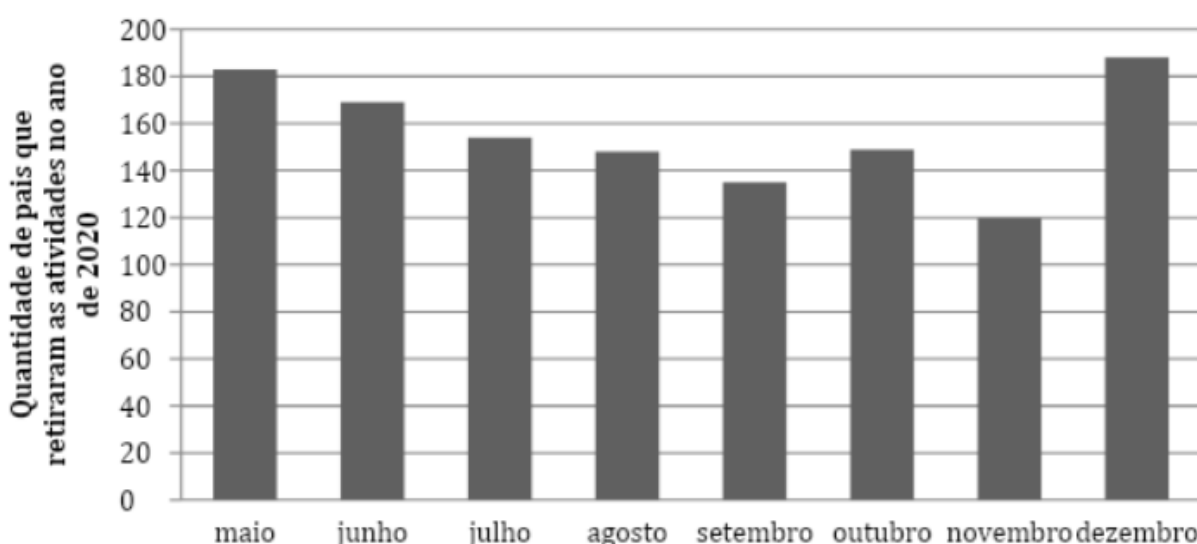
e a cultura em que o indivíduo vive devem ser levados em consideração.

Com essa situação atual, o auxílio na escolarização e no desenvolvimento dos alunos com deficiência intelectual é um aspecto que vem preocupando profissionais na área da educação especial pela falta de suporte necessário e pela necessidade que esse público apresenta em ter vínculos nas relações socialmente estabelecidas para uma atribuição de papéis e oportunidades (VIEIRA, 2017). Além disso, todo o suporte e a atenção aos seus familiares também devem ser levados em consideração, já que esses são os principais mediadores entre as instituições de ensino e os alunos.

Os resultados a seguir revelam o desenvolvimento curricular no modelo de ensino-aprendizagem remoto, a partir do detalhamento procedimental indicado na seção de metodologia.

Fluxo de frequência da retirada das atividades pelos responsáveis

Gráfico 8 - Quantidade de pais que retiraram as atividades escolares no ano de 2020



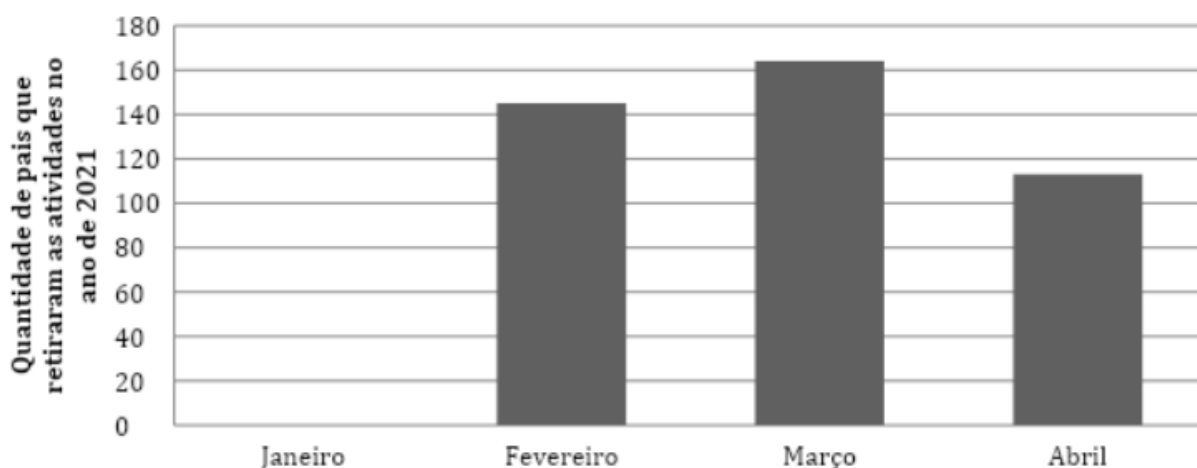
Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

A partir dos dados apresentados, observou-se que as atividades escolares não-presenciais (ensino remoto) se iniciaram no mês de maio e que, apenas, 8 familiares entre os 191 matriculados, não foram à escola para retirar as atividades. Desse modo, pode-se identificar que houve adesão das famílias ao ensino remoto. No entanto, os dados revelam que nos meses de junho e julho houve uma queda no número de famílias que retiraram as atividades comparadas a maio. No mês de outubro, houve novamente um aumento no número de retiradas das atividades comparadas aos meses de agosto e setembro, voltando a cair novamente em novembro. As razões dessa oscilação ainda estão em processo de análise, quando se observa um contínuo declínio no período maio-setembro, enquanto aumentavam os impactos da pandemia na vida individual e coletiva, bem como tendência de crescimento ao final do ano.

Observou-se que, no mês de dezembro, os números voltaram a crescer, sendo esse o mês

em que foi distribuído o maior número de atividades, chegando a 188 atividades entregues. Por pesquisas realizadas nas redes sociais da instituição (Facebook e Instagram), notou-se que no mês de dezembro foi feita a distribuição de presentes de Natal aos usuários matriculados. Esse pode ter sido um fator que contribuiu para o aumento no número de famílias que foram até a instituição retirar as atividades, juntamente com o presente ofertado pela Instituição.

Gráfico 9 - Quantidade de pais que retiraram as atividades escolares no ano de 2021



Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Já no ano de 2021, as atividades começaram a ser distribuídas no início do ano letivo (mês de fevereiro), no entanto, identificou-se que o número de famílias que retiraram as atividades diminuiu quando comparado ao ano anterior no que se refere ao início das entregas das atividades. Nesse caso, 145 famílias foram até a escola em fevereiro de 2021, enquanto no ano de 2020, no início das atividades remotas, 183 famílias foram até a Instituição retirar as atividades. No mês de março de 2021, comparado a fevereiro do mesmo ano, identificou-se um crescimento, mas esse número voltou a cair no mês seguinte (abril).

Essas oscilações na retirada das atividades à Instituição, conforme dados ilustrados no Gráfico 1 e no Gráfico 2, parecem sugerir episódios de distanciamento motivados, talvez, pelo tempo de duração da pandemia, pela desesperança em mudanças positivas na volta à normalidade, por um lado. Por outro lado, podem sugerir, também, o sentimento de desânimo ou despreparo em reconhecer progressos no desenvolvimento dos seus filhos ou, ainda, uma certa dificuldade na aplicação e no manejo das atividades, especialmente quando são consideradas as condições sociais mostradas nas figuras anteriormente mencionadas, mesmo com a disponibilidade dos profissionais da Instituição. Esses são aspectos a serem processualmente investigados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desconhecimento sobre a pandemia e as conseqüentes dificuldades geradas por elas, requerem clareza e informações científicas ainda a serem produzidas. Informações sobre o aten-

dimento de alunos com deficiência intelectual no modelo remoto ainda estão em construção e representam, concomitantemente, ousadia e desafio a ser vencido, frente a essa forma de ensinar e aprender, aprender a ensinar. Tal desafio obriga profissionais e familiares a se resignificarem, a aprenderem a partir do trabalho coletivo constante e inusitado.

O desafio também se estende às famílias, que antes da pandemia, apenas acompanhavam a vida escolar dos filhos sem que, efetivamente, se envolvessem de forma mais direta. A nova estratégia de ensino transformou os familiares em protagonistas desse processo de ensino. Essa transformação parece salutar, na medida em que dá início a um processo de mobilização e parceria entre escola e família. Pode-se perceber, pelas respostas ao chamamento dos familiares à escola, um novo alento de interesse pela vida escolar dos seus filhos. No entanto, como se pode observar, as respostas a esse mesmo chamamento se tornam menos constantes, à medida que a pandemia recrudescer, minando expectativas de retorno à normalidade.

Esses apontamentos, assim como os efeitos da pandemia, merecem investigações mais pontuais, quer por parte dos órgãos oficiais de saúde e educação, especialmente, quer por parte das universidades e instituições. Isso se faz necessário para que se possa garantir e preservar os direitos fundamentais à vida e à educação, bem como entender e refinar os programas institucionais e escolares emergenciais destinados às pessoas com deficiências.

REFERÊNCIAS

AAIDD. Intellectual disability: definition, classification and systems of supports. 11. ed. Washington (DC): American Association on Intellectual and Developmental Disabilities, 2010.

ALMEIDA, Maria Amélia. O caminhar da deficiência intelectual e classificação pelo sistema e suporte/apoio. In: ALMEIDA, Maria Amélia (Ed.). Deficiência Intelectual: Realidade e Ação. São Paulo - SP: Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE, 2012.

ALVES, Lynn. Educação remota: entre a ilusão e a realidade. Interfaces Científicas-Educação, v. 8, n. 3, p. 348-365, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9251/4047>. Acesso em 30 maio 2021.

APAE: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Matão. Estatuto da APAE de Matão, Matão - SP, nov. 2016. Disponível em: https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=http://site.siteargus.com.br/material_apae/CA_436/institucional/Estatuto_5_6_15_10_436Estatuto+da+APAE+Matao.pdf. Acesso em: 25 maio 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília: DF, 7 de

dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742compilado.htm. Acesso em: 30 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Conjunta nº 20 de 18 de junho de 2020. Estabelece as medidas a serem observadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19 nos ambientes de trabalho (orientações gerais). Diário Oficial da União, seção 1, p. 14, 19 jun. 2020a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-conjunta-n-20-de-18-de-junho-de-2020-262408085>. Acesso em: 30 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Brasília: Ministério da Educação, 2020b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Acesso em: 30 maio 2021.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 5, de 28 de abril de 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, 2020c. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 07 maio 2021.

HARLOS, Franco Ezequiel. Sociologia da deficiência: vozes por significados e práticas (mais) inclusivas. Orientador: Fátima Elisabeth Denari. 2012. 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3092/4232.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 maio 2021.

MATÃO - SP. Decreto nº 5.203 de 17 de março de 2020. Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção e contenção ao contágio pelo COVID-19, considerando a classificação de pandemia pela OMS. Prefeitura Municipal de Matão, Palácio da Independência, 17 de mar. 2020. Disponível em: http://novo.matao.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Decreto-5203_2020.pdf. Acesso em: 30 maio 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10. Porto Alegre: Artmed, 1993.

SANTOS, Boaventura de Souza. A cruel pedagogia do vírus. Coimbra: Almeida, S.A, 2020.

VIEIRA, S. C. A. Deficiência intelectual: construção do conhecimento e o atendimento educacional especializado. In: 1º Seminário Luso-Brasileiro de Educação Inclusiva, 1., 2017, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: PUCRS, 2017. Disponível em: <https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/>

anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacao--inclusiva/assets/artigos/eixo-5/completo-8.pdf.
Acesso em: 30 maio 2021.

YIN, R. K. Estudo de caso: Planejamento e métodos. São Paulo: Bookman, 2014. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=EtOyBQAAQBAJ&oi=fnd&pg=P1R&dq=YIN,+R.+K.+Estudo+de+caso:+Planejamento+e+m%C3%A9todos.+S%C3%A3o+Paulo:+Bookman,+2014.&ots=-17mjsF_sw&sig=73y72WF-M1i9-7WGySEmv-3eBRHM#v=onepage&q=YIN%20R.%20K.%20Estudo%20de%20caso%3A%20Planejamento%20e%20m%C3%A9todos.%20S%C3%A3o%20Paulo%3A%20Bookman%202014.&f=false. Acesso em: 30 maio 2021.